

# *Secretaria fiscaliza escolas*

A partir de hoje, todas as escolas particulares do Estado serão fiscalizadas pela Secretaria Estadual de Educação e as que não estiverem cumprindo o acordo de aumento das mensalidades serão punidas. A Supervisão Educacional da Secretaria iniciará a fiscalização por 13 colégios, feita por 26 supervisores em duplas. A Secretaria pretende estender a ação a todo o Estado, envolvendo 1.300 supervisores, até então encarregados apenas da parte pedagógica dos colégios. As escolas infratoras serão incluídas em um relatório, a ser enviado à Curadoria de Justiça do Consumidor.

Pelo menos 160 colégios particulares do Rio estão descumprindo o acordo feito em janeiro e cobrando mensalidades acima do índice fixado. Outras 300 escolas, denunciadas mas ainda sofrendo processo de apuração, poderão ser incluídas na ação civil pública, que será impetrada hoje pela Curadoria de Justiça do Consumidor. Essas escolas, se o pedido de

liminar for acatado, pagarão uma multa de CZ\$ 1 milhão por cada mensalidade cobrada irregularmente, além de devolver os valores cobrados irregularmente.

Na ação, a Curadoria reivindica o cumprimento do Decreto 532/69, que determina ser de competência dos conselhos Federal e Estadual de Educação a fixação das mensalidades. Diz ainda que, diante desse decreto, torna-se nulo, no Estado, o Decreto 95.720, que liberou as mensalidades em data posterior ao acordo entre pais e escolas feito em janeiro. O colégio que não cumprir o acordo passará agora a ser obrigado a pagar uma multa, o que não foi previsto no acordo entre pais e proprietários de escolas.

Uma outra ação do Estado contra o Decreto 95.720 será encaminhado pela Procuradoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que entrará com uma representação na Procuradoria Geral da República arguindo a inconstitucionalidade do decreto da liberdade vigiada.